




# **Lei nº 8.069/90**

## **Estatuto da Criança e do Adolescente**

  @claudiaredin

 @redinpatelclaudia

 claudiarp.adv@hotmail.com

# **Estatuto da Criança e do Adolescente**

**Lei nº 8.069/90**

- 1. Disposições Preliminares**
- 2. Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária**
- 3. Medidas de Proteção**
- 4. Medidas Socioeducativas**

# Sistema de Proteção à Criança e ao Adolescente

## Convenção sobre Direitos da Criança (1989)

- Tratado internacional de Direitos Humanos que em 1989 foi adotado pela ONU e ratificado por 193 países;
- Incorpora a doutrina da **proteção integral**, considerando a criança como **sujeito de direitos**, a quem deve ser conferida **prioridade absoluta** e **proteção integral**;

## Constituição Federal (1988)

**Art. 227.** É dever da **família**, da **sociedade** e do **Estado** assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com **absoluta prioridade**, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária além de colocá-los a salvo, de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

# **Estatuto da Criança e Adolescente**

## **Doutrina da Proteção Integral**

**Sujeitos de Direitos Fundamentais**



```
graph TD; A[Sujeitos de Direitos Fundamentais] --> B[Pessoas em Desenvolvimento]; B --> C[Prioridade Absoluta];
```

**Pessoas em Desenvolvimento**

**Prioridade Absoluta**

# Estatuto da Criança e Adolescente



## Princípio do Melhor Interesse da Criança/Adolescente

Na análise do caso concreto o aplicador do direito deve buscar sempre a **solução** que proporcione o **maior benefício** para a criança e adolescente, concretizando seus **direitos e garantias fundamentais**.

**Art. 1º.** Esta Lei dispõe sobre a **proteção integral** à criança e adolescente.

**Art. 2º.** Considera-se **criança**, para os efeitos desta Lei, a pessoa até **doze anos de idade incompletos**, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. **(Critério cronológico ou etário)**





**Parágrafo único.** Nos casos expressos em lei, aplica-se **excepcionalmente** este Estatuto às **pessoas entre dezoito e vinte um anos de idade.**

## **Exceções:**

**Art. 40.** O adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.

**Art. 121. §5º.** A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade. 

Criança



0 aos 12 incompletos



Medida de Proteção

Adolescente



12 aos 18 anos



Medida de Proteção  
Medida Socioeducativa

Criança: 0 aos 12 incompletos

Adolescente: 12 aos 18 anos

Maioridade: 18 anos completos

**Art. 3º.** A criança e o adolescente gozam de todos os **direitos fundamentais** inerentes a pessoa humana, sem prejuízo da **proteção integral** de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral espiritual e social, em condições de **liberdade** e de **dignidade**. (Dignidade da Pessoa Humana, Art. 1º da CF)

**Parágrafo único.** Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, **sem discriminação** de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Princípio da Igualdade, Art. 5º, da CF)

**Art. 4º.** É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

- Art. 227 da CF: família, sociedade e Estado;

**Parágrafo único.** A garantia de **prioridade** compreende:  
(comando normativo dirigido ao Administrador Público)

- a) **primazia** de receber **proteção e socorro** em quaisquer circunstâncias;
- b) **precedência** de **atendimento** nos serviços públicos ou de relevância pública; (celeridade e especialização)

**c) preferência** na formulação e na execução das **políticas sociais públicas**; (A Lei 13.257/2016 estabelece a necessidade de que a proteção integral e prioritária se converta em políticas públicas de cunho intersetorial, extensivas às famílias.)

**d) destinação privilegiada** de **recursos públicos** nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.



**Art. 5º.** Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de **negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão**, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (Desdobramento do art. 227 da CF e Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança de 1989)

**Art. 6º.** Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como **pessoas em desenvolvimento**. (Inadmite a interpretação e aplicação das normas estatutárias em prejuízo de crianças e adolescentes)

# **Estatuto da Criança e Adolescente**

## **Do Direito À Convivência**

### **Familiar e Comunitária**

# Preferência Legal da Família Natural

A criança ou adolescente possui o **direito** de ser criado por sua **família natural**.



Princípio do Melhor Interesse da  
Criança/Adolescente

Família Natural	Família Extensa ou Ampliada	Família Substituta
<p>Comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes (Art. 25, caput).</p>	<p>Parentes próximos com os quais a criança conviva e mantenha vínculos de afinidade e afetividade (Art. 25, §único).</p>	<p>Medida excepcional adotada após o esgotamento das possibilidades de manutenção na família em sua família natural (Art. 28).</p>

Regra



Família Natural



Família  
Extensa/Ampliada

Exceção



Família Substituta



Programa de  
Acolhimento



Guarda

Tutela

Adoção

Guarda	Tutela	Adoção
<p>Regulariza a <b>posse de fato</b>, obriga <b>assistência material, moral e educacional</b>, conferindo-se o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.</p>	<p>Representação / assistência da criança ou adolescente, pressupondo a <b>perda ou suspensão do poder familiar</b>.</p>	<p><b>Medida excepcional e irrevogável</b>, constituindo novos <b>vínculos de paternidade ou/e maternidade</b>.</p>





Acolhimento  
Familiar

Acolhimento  
Institucional

Apadrinhamento

Acolhimento Familiar	Apadrinhamento	Acolhimento Institucional
<p>Modalidade de <b>acolhimento provisório</b> realizado por famílias cadastradas e previamente selecionadas pelo Juizado da Infância e Juventude.</p>	<p>Proporcionar a criança/adolescente em acolhimento familiar/institucional <b>vínculos externos para convivência familiar/comunitária.</b></p>	<p><b>Abrigamento em entidade de atendimento.</b></p>

## Art. 101. (...)

§1º. O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

**Art. 19.** É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, **excepcionalmente**, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu **desenvolvimento integral**.

§1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta lei. (Prazo anterior de reavaliação era de 06 meses, alteração operada pela Lei nº 13.509/2017)

**§ 2 º** A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará **por mais de 18 (dezoito meses)**, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. **(Prazo anterior de reavaliação era de 02 anos, alteração operada pela Lei nº 13.509/2017)**

Acolhimento



Reavaliação



Máximo a cada  
3 (três) meses

Acolhimento



Permanência



Máximo 18 (dezoito) meses,  
salvo comprovada e justificada  
necessidade

**§3º** A **manutenção** ou a **reintegração** de criança ou adolescente à sua **família** terá **preferência** em **relação a qualquer outra providência**, caso em que será esta incluída em serviços e programas de proteção, apoio e promoção, nos termos do § 1º do art. 23, dos incisos I e IV do **caput** do art. 101 e dos incisos I a IV do **caput** do art. 129 desta Lei. (Preferência legal da família natural)



§4º Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a **mãe ou o pai privado de liberdade**, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial. (A **prioridade da família natural não cessa nem as hipóteses em que os pais estejam privados de liberdade.**)

**Art. 19-A.** A gestante ou mãe que manifeste interesse em **entregar seu filho para adoção**, antes ou logo após o nascimento, será **encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude**.

**§ 1º** A gestante ou mãe será **ouvida pela equipe interprofissional** da Justiça da Infância e da Juventude, que apresentará **relatório** à autoridade judiciária, considerando inclusive os eventuais efeitos do estado gestacional e puerperal. **(Considera os efeitos decorrentes do estado gestacional)**

§ 3º A busca à família extensa, conforme definida nos termos do parágrafo único do art. 25 desta Lei, respeitará o **prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogável** por igual período.

**Art. 25, § único.** Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por *parentes próximos* com os quais a criança ou adolescente *convive* e mantém *vínculos de afinidade e afetividade*.

Apadrinhamento	Quem pode participar?	Quem pode participar?
<p>Estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente <b>vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária</b> e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.</p>	<p>A criança e o adolescente em <b>programa de acolhimento institucional</b> ou <b>familiar</b> poderão participar de programa de apadrinhamento.</p>	<p>Podem ser padrinhos ou madrinhas <b>peessoas maiores de 18 (dezoito) anos não</b> inscritas nos <b>cadastros de adoção</b>, desde que cumpram os requisitos. <b>Pessoas jurídicas</b> podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.</p>

§ 3º **Pessoas jurídicas** podem **apadrinhar** criança ou adolescente a fim de **colaborar** para o seu **desenvolvimento**.

§ 4º O **perfil da criança** ou do **adolescente** a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, com **prioridade** para crianças ou adolescentes com **remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva**.

**Art. 28.** A colocação em família substituta far-se-á mediante **guarda, tutela ou adoção**, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.

**§ 1º** Sempre que possível, a criança ou o adolescente será **previamente ouvido** por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua **opinião devidamente considerada**.

**§ 2º** Tratando-se de **maior de 12 (doze) anos** de idade, será **necessário seu consentimento**, colhido em audiência.

## Guarda

- Regularização jurídica da posse de fato;
- Dever de assistência material, moral e educacional;
- Guardião pode opor-se a terceiros, inclusive aos pais;
- Concede benefícios previdenciários;
- Permite a visitação dos pais à criança/adolescente;
- É revogável a qualquer tempo.

## Tutela

Cabível quando o poder familiar dos pais estiver **suspenso** ou **extinto**;

Inclui os deveres de guarda (assistência material, moral e educacional);

Cessa com a maioridade ou formação de novo poder familiar (adoção);

Tutor pode ser nomeado pelos pais, mas atende ao princípio do melhor interesse da criança.



## Adoção

Medida excepcional, cabível quando esgotadas as possibilidades da criança/adolescente permanecer na família natural ou extensa;

Irrevogável;

Rompe os vínculos com os pais biológicos, exceto os impedimentos matrimoniais;

Adotante deve ter, no mínimo, 18 anos de idade e ser mais velho 16 anos e o adotando deve ter no máximo 18 anos, exceto guarda/tutela.

## Medida de Proteção

- Criança/Adolescente
- Violação/ameaça de violação a direitos



## Medida Socioeducativa

- Adolescente
- Prática de Ato Infracional

Medida de Proteção



Artigo 101



Rol Exemplificativo

Medida Socioeducativa



Artigo 112



Rol Taxativo



Ação/omissão  
da sociedade ou  
Estado

Falta, omissão  
ou abuso dos  
pais ou  
responsável

Em razão de  
sua conduta

## Princípios – Aplicação Medidas de Proteção

1. Condição de sujeitos de direitos
2. Proteção integral e prioritária
3. Responsabilidade **primária e solidária** do Poder Público
4. Interesse superior da criança/adolescente
5. Privacidade
6. Intervenção precoce

## **Princípios – Aplicação Medidas de Proteção**

- 7. Intervenção mínima
- 8. Proporcionalidade e atualidade (adequada/necessária)
- 9. Responsabilidade parental
- 10. Prevalência da família
- 11. Obrigatoriedade da informação
- 12. Oitiva obrigatória e participação da família

## **Medidas de Proteção em Espécie (Art. 100)**

1. Encaminhamento aos pais ou responsável mediante termo de responsabilidade
2. Orientação, apoio e acompanhamento temporários
3. Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental (Art. 249, Infração Administrativa)

## **Medidas de Proteção em Espécie (Art. 100)**

4. Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcóolatrás e toxicômanos
5. Acolhimento institucional ([Guia de Acolhimento](#))
6. Inclusão em programa de acolhimento familiar
7. Colocação em família substituta



## Conselho Tutelar

**Art. 131.** O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

## Conselho Tutelar

**Art. 132.** Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, **no mínimo**, **1 (um) Conselho Tutelar** como órgão integrante da **administração pública local**, composto de **5 (cinco) membros**, escolhidos pela população local para mandato de **4 (quatro) anos**, **permitida recondução** por novos processos de escolha.

# **Estatuto da Criança e do Adolescente**

## **Da Prática de Ato Infracional**

CONCEITO DE ATO INFRACIONAL	RESPONSABILIZAÇÃO ECA	SISTEMA JUVENIL
<p><b>Artigo 103.</b> Considera-se ato infracional a conduta descrita como <b>CRIME</b> ou <b>CONTRAVENÇÃO PENAL</b>.</p>	<p><b>Artigo 104.</b> São penalmente imputáveis os <b>menores de dezoito anos</b>, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.</p>	<p><b>Artigo 104. (...)</b> <b>Parágrafo único.</b> Para os efeitos desta Lei, deve ser considerada a <b>idade</b> do adolescente <b>à data do fato</b>.</p>

Ato Infracional



Crime



Contravenção

Adolescente



Ato Infracional



Medida Socioeducativa

Flagrante de Ato Infracional



Ordem Escrita e Fundamentada  
da Autoridade Judiciária  
Competente



Internação Provisória: prazo  
máximo de 45 dias

## Garantias Individuais (Art. 106 a 109)

1. Privação de liberdade somente por flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da Autoridade competente
2. Identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado a respeito de seus direitos
3. A apreensão e o local onde se encontra recolhido serão imediatamente comunicados à autoridade competente e à família ou à pessoa por ele indicada

Internação  
ANTES da  
sentença



Prazo máximo  
de 45 dias



Indícios  
SUFICIENTES de  
AUTORIA e  
MATERIALIDADE



## Garantias Processuais (Art. 110 a 111)

1. Pleno e formal conhecimento da atribuição do ato infracional
2. Igualdade na relação processual
3. Defesa Técnica por Advogado
4. Assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados
5. Direito de ser ouvido pessoalmente pela Autoridade competente
6. Direito de solicitar a presença de seus pais ou responsáveis em qualquer fase do procedimento

## Medidas Socioeducativas (Art. 112)

1. Advertência
2. Obrigação de Reparar o Dano
3. Prestação de Serviços à Comunidade  
(prazo máximo: 06 meses)
4. Liberdade Assistida (prazo mínimo 06 meses)
5. Semiliberdade
6. Internação (prazo máximo 03 anos)

# **Estatuto da Criança e do Adolescente**

## **Questões de Concurso**

**01. (CESPE – 2011)** Julgue ao item a seguir, considerando o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A colocação de criança ou adolescente em família substituta é realizada mediante guarda, tutela ou adoção, sendo a última medida excepcional e irrevogável e que independe de sentença judicial.

- a) Certo
- b) *Errado*

**Fundamento:** Artigos 39, parágrafo 1º, e 47, do ECA.

**02. (UECE – 2017)** Nos casos expressos em lei aplica-se excepcionalmente o Estatuto da Criança e Adolescente às pessoas com idade entre:

- a) 18 e 21 anos
- b) 21 e 24 anos
- c) 12 e 16 anos
- d) 12 e 14 anos

**Fundamento:** Artigo 2º, parágrafo único, do ECA.

**03. (UERR – 2018)** Nos termos da Lei nº 8.069, a garantia de prioridade compreende, **exceto**:

- a) Primazia de receber proteção.
- b) Preferência na formulação e execução de políticas sociais públicas.
- c) *Destinação privilegiada de recursos privados nas áreas relacionadas com a proteção da infância e juventude.*
- d) Primazia de receber socorro em quaisquer circunstâncias.
- e) Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.

**Fundamento:** Artigo 4º, parágrafo único, do ECA.

**04. (UERR – 2018)** Considera-se criança, para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) a pessoa até treze anos de idade incompletos.
- b) A pessoa até quatorze anos de idade incompletos.
- c) *A pessoa até doze anos de idade incompletos.*
- d) A pessoa até vinte anos de idade incompletos.
- e) A pessoa até dezesseis anos de idade incompletos.

**Fundamento:** Artigo 2º, do ECA.

**05. (IBADE – 2016)** A Lei nº 8.069 dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, garantindo em seu Art. 3º: *A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em:*

- a) Condições de excepcionalidade e dignidade
- b) Situação de estratégias e adaptações
- c) *Condições de liberdade e dignidade*
- d) Condições de abrigo e proteção
- e) Situação de vulnerabilidade e desvantagem

**Fundamento:** Artigo °, do ECA.



**06. (IBADE – 2016)** De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente considera-se adolescente a pessoa:

- a) Entre 10 e 18 anos de idade
- b) Entre 11 e 18 anos de idade
- c) *Entre 12 e 18 anos de idade*
- d) Entre 13 e 22 anos de idade
- e) Entre 14 e 21 anos de idade

**Fundamento:** Artigo 2º, do ECA.

**07. (La Salle – 2016)** Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente a gestante e a parturiente têm direito a \_\_\_\_\_ acompanhante(s) de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato. O texto acima estará correto se a lacuna for preenchida por:

- a) 01 (um)
- b) 02 (dois)
- c) 03 (três)
- d) 04 (quatro)
- e) 05 (cinco)

**Fundamento:** Artigo 8º, parágrafo 6º, do ECA.

**08. (Vunesp – 2013)** Conforme o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente, os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados:

- a) À autoridade policial competente
- b) À autoridade judiciária competente
- c) Ao Ministério Público
- d) *Ao Conselho tutelar*
- e) Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

**Fundamento:** Artigo 13, do ECA.

**09. (CAIP – 2015)** Segundo o Artigo 10 do Estatuto da Criança e Adolescente, os hospitais e demais estabelecidos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter registro das atividades desenvolvidas, a através de prontuários individuais, pelo prazo de:

- a) *Dezoito anos*
- b) Quinze anos
- c) Dez anos
- d) Cinco anos

**Fundamento:** Artigo 10, I, do ECA.

**10. (La Salle – 2012)** Nas disposições preliminares do ECA, em seu Art. 3º, está previsto que a *criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, \_\_\_\_\_, espiritual e \_\_\_\_\_, em condições de liberdade e dignidade.*

- a) Moral – estrutural
- b) Material – social
- c) Cognitivo – material
- d) *Moral – social*
- e) Cognitivo - estrutural

**Fundamento:** Artigo 3º, do ECA.

**11. (Vunesp – 2012)** Assinale a alternativa correta:

- a) O Estatuto da Criança e Adolescente dispõe sobre a situação irregular do menor e do jovem.
- b) Considera-se criança, para os efeitos do ECA, a pessoa de até onze anos de idade incompletos, 21 anos completos.
- c) *Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente o ECA às pessoas entre 18 e 21 anos de idade.*
- d) Criança e adolescente não gozam de privilégios no recebimento de atendimento nos serviços públicos.
- e) Na interpretação do ECA, levar-se-ão em conta os fins individuais a que ele se dirige.

**Fundamento:** Artigo 2º, do ECA.

**12. (La Salle – 2012)** Segundo o disposto no Artigo 25 do ECA, entende-se por família natural;

- a) *Comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.*
- b) A estrutura formada pelos parentes em primeiro, segundo e terceiro graus.
- c) A comunidade consanguínea formada pelos pais, descendentes e ascendentes.
- d) Os elos consanguíneos entre duas ou mais pessoas.
- e) A estrutura formada pelos pais ou qualquer deles e seus ascendentes.

**Fundamento:** Artigo 25, do ECA.

**13. (SCHORR – 2012)** De acordo com o Artigo 21 do ECA, o poder familiar será exercido:

- a) Pelo pai e pela mãe, sendo sempre respeitada a autoridade do pai.
- b) *Em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe.*
- c) Principalmente pelo pai.
- d) Principalmente pela mãe.

**Fundamento:** Artigo 21, do ECA.



**14. (CONSULPLAN – 2016)** Segundo a Lei nº 8.069/1990, o prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento de apuração de ato infracional atribuído a adolescente, estando este internado provisoriamente, será de:

- a) 122 (cento e vinte e dois) dias
- b) 90 (noventa) dias
- c) 61 (sessenta e um) dias
- d) 45 (*quarenta e cinco*) dias

**Fundamento:** Artigo 108, do ECA.

**15. (DEGASE – 2012)** O sistema de tutela adotado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente tem com idade máxima:

- a) 16 (dezesesseis) anos
- b) 17 (dezesete) anos
- c) 18 (*dezoito*) anos
- d) 19 (dezenove) anos
- e) 20 (vinte) anos

**Fundamento:** Artigo 36, do ECA.

**16. (UERR – 2018)** Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente pode aplicar as seguintes medidas, exceto:

- a) Advertência
- b) Liberdade assistida
- c) Obrigação de reparar o dano
- d) *Prisão domiciliar*
- e) Internação em estabelecimento educacional

**Fundamento:** Artigo 36, do ECA.

**17. (VUNESP – 2010)** As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar o seguinte princípio:

- a) Integração dos vínculos familiares e promoção da família substituta.
- b) Atendimento personalizado e individual.
- c) *Participação na vida da comunidade local.*
- d) Desmembramento de grupos de amigos.
- e) Promoção, sempre que possível, de transferência para outras entidades de abrigo.

**Fundamento:** Artigo 92, do ECA.

**18. (CAIP – 2015)** A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, sendo que nos termos do Artigo 28 do Estatuto da Criança e Adolescente, será necessário seu consentimento colhido em audiência, tratando-se maior de:

- a) 10 (dez) anos da idade
- b) *12 (doze) anos de idade*
- c) 15 (quinze) anos de idade
- d) 18 (dezoito) anos de idade

**Fundamento:** Artigo 28, parágrafo 2º, do ECA.

**19. (UECE – 2017)** Atente à seguinte descrição: *Trata-se de instituto que obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.* O instituto descrito no enunciado acima é denominado:

- a) Adoção
- b) *Guarda*
- c) Tutela
- d) Curatela

**Fundamento:** Artigo 33, do ECA.

**20. (FCC – 2012)** Segundo o ECA, a falta ou carência de recursos materiais:

- a) Constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- b) *Não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar.*
- c) Permite a destituição ou suspensão do poder familiar uma vez que as partes não têm condições de constituir advogado.
- d) Prevê que o Juiz destitua o poder familiar prontamente e encaminhe a criança ou adolescente para a adoção.
- e) Não autoriza o Juiz a encaminhar a família a programas oficiais de auxílio.

**Fundamento:** Artigo 23, do ECA.

**21. (UECE – 2017)** Dentre as medidas apresentadas a seguir, assinale as que NÃO correspondem a medidas socioeducativas:

- a) Internação provisória e internação sanção.
- b) *Liberdade com uso de tornozeleira e semiliberdade.*
- c) Internação sanção e semiliberdade.
- d) Internação provisória e internação por sentença.

**Fundamento:** Artigo 122, do ECA.



**22. (UERR – 2018)** Considera-se criança, para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) A pessoa até treze anos de idade
- b) A pessoa até quatorze anos de idade incompletos
- c) *A pessoa até doze anos de idade incompletos*
- d) 0A pessoa até vinte anos de idade incompletos
- e) A pessoa até dezesseis anos de idade incompletos

**Fundamento:** Artigo 2º, do ECA.

**23. (La Salle – 2012)** Independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme disposto em seu Artigo 28, a colocação em família substituta far-se-á mediante:

- a) *Guarda, tutela e adoção*
- b) Tutela, curatela ou assistência
- c) Adoção, curatela ou adoção
- d) Tutela, interdição ou adoção
- e) Guarda, interdição ou curatela

**Fundamento:** Artigo 28, do ECA.

**24. (FEPESE – 2013)** Em relação ao instituto da guarda, assinale a alternativa correta:

- a) A guarda não poderá ser oposta contra os pais naturais.
- b) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato.*
- c) Uma vez concedida, a guarda não poderá ser revogada.
- d) A guarda somente será deferida após a conclusão do processo de adoção.
- e) A guarda não assegura à criança ou ao adolescente a condição de dependente previdenciários.

**Fundamento:** Artigo 33, parágrafo 1º, do ECA.

**25. (VUNESP – 2013)** Nos termos do que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa CORRETA:

- a) *Se um adolescente cometer uma conduta descrita como contravenção penal, estará cometendo um ato infracional.*
- b) Considera-se um ato infracional aquele descrito como ato ilícito.
- c) A internação do adolescente, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de trinta dias.
- d) A inimputabilidade penal gera a impunidade do menor infrator.
- e) O adolescente, quando apreendido pela autoridade policial, será obrigatoriamente submetido à identificação compulsória.

**Fundamento:** Artigo 103, do ECA.

**26. (TJPR – 2012)** Relativamente às medidas pertinentes aos pais ou responsável, existentes no Estatuto da Criança e Adolescente, há previsão expressa:

- a) *De encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.*
- b) De suspensão temporária de direitos políticos.
- c) De interdição para a prática de determinados atos da vida civil.
- d) De prestação de serviços comunitários.

**Fundamento:** Artigo 129, I, do ECA.

**27. (UECE – 2017)** O direito ao respeito, previsto ao ECA, consiste:

- a) *Na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.*
- b) Em brincar, praticar esportes e divertir-se.
- c) Em participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.
- d) No direito de buscar refúgio, auxílio e orientação.

**Fundamento:** Artigo 17, do ECA.

**28. (UECE – 2017)** Quanto ao ato infracional, é correto afirmar que:

- a) Se considera ato infracional somente a conduta descrita como crime.
- b) São penalmente inimputáveis os menores de vinte e um anos, sujeitos às medidas previstas no ECA.
- c) Para os efeitos do ECA, deve ser considerada a idade do adolescente à data da manifestação judicial.
- d) *Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.*

**Fundamento:** Artigo 106, do ECA.

**29. (FEPESE – 2013)** De acordo com a Doutrina da Proteção Integral a Criança e o Adolescente têm direito ao respeito e à dignidade como pessoas humana em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos garantidos na CF de 1988 e nas leis. Nesse sentido, o direito de liberdade, previsto no ECA, compreende:

- a) *Liberdade de buscar refúgio, auxílio e orientação e ter liberdade de opinião e expressão*
- b) Ter limitado o seu direito de ir e vir com base no toque de recolher
- c) Liberdade de crença e de culto, desde que seja aquela vinculada à vontade de seus pais ou do responsável legal
- d) Liberdade de brincar, praticar esportes e divertir-se, sempre acompanhado de um responsável legal
- e) Ter negada a sua participação na vida política em razão da incapacidade civil

**Fundamento:** Artigo 16, do ECA.



**30. (CETREDE – 2017)** Qual dos listados a seguir NÃO é um direito do adolescente privado de liberdade?

- a) *Receber visitas, ao menos, mensalmente.*
- b) Ser tratado com respeito e dignidade.
- c) Corresponder-se com seus familiares e amigos.
- d) Realizar atividades culturais, esportivas e de lazer.
- e) Em nenhum caso haverá incomunicabilidade.

**Fundamento:** Artigo 124, do ECA.

**31. (CONSULPLAN – 2016)** Em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, são princípios que norteiam a aplicação das medidas de proteção, EXCETO:

- a) Responsabilidade parental.
- b) Proteção integral e prioritária.
- c) Interesse superior da criança e do adolescente.
- d) *Responsabilidade secundária e subsidiária do poder público.*
- e) Condição de criança e do adolescente como sujeitos de direitos.

**Fundamento:** Artigo 100, do ECA.

**32. (FRAMINAS – 2015)** O Conselho tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069, de 13 de julho de 1990. São atribuições do Conselho Tutelar, EXCETO:

- a) Auxiliar o adolescente autor de ato infracional no cumprimento das medidas de proteção estabelecidas pela autoridade judiciária e previstas no artigo 101, de I a VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- b) *Aplicar aos pais as medidas previstas no artigo 129, VIII, IX e que se refere à suspensão ou destituição do poder familiar.*
- c) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- d) Atender às crianças e adolescentes nas situações previstas nos artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII.

**Fundamento:** Artigo 136, do ECA.

**33. (COPESE – 2010)** Assinale a alternativa falsa:

- a) *É vedado às gestantes ou mães entregar seus filhos para adoção.*
- b) É assegurado à gestante, através do Sistema Único de Saúde, o atendimento pré e perinatal.
- c) A parturiente será atendida preferencialmente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal.
- d) Incumbe ao poder público propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem.

**Fundamento:** Artigo 19-A, do ECA.

**34. (CEPERJ – 2012)** Segundo informações do Ministério da Saúde (2005) contidas no documento “*Marco legal: saúde, um direito de adolescentes*”, no âmbito do Direito do Trabalho, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente determinaram a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de 18, e de qualquer trabalho a menor de 16 anos, salvo na condição de:

- a) aprendiz, a partir de 15 anos
- b) voluntário, a partir de 14 anos
- c) freelancer, a partir de 15 anos
- d) *aprendiz, a partir de 14 anos*
- e) voluntário, a partir de 12 anos

**Fundamento:** Artigo 60, do ECA.

**35. (CEPERJ – 2012)** Conforme consta no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), um direito do adolescente privado de liberdade é permanecer internado na seguinte condição:

- a) pelo prazo máximo de cinco anos
- b) com adolescentes de mesmo nível de instrução, independentemente da idade
- c) *na localidade mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável*
- d) junto a grupos de mesma compleição física, sem correlação com a gravidade da infração
- e) em local comum ao daquele destinado ao abrigo

**Fundamento:** Artigo 124, VI, do ECA.

**36. (FEPESE – 2019)** De acordo com o artigo 15 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança e o adolescente, como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis, têm direito à:

- a) *liberdade, ao respeito e à dignidade.*
- b) disciplina, ao ensino espiritual e à tutela.
- c) tutela, ao cuidado e à formação meritocrática.
- d) educação moral, ao respeito e à formação militar.
- e) conformação do corpo, ao cuidado e à disciplina.

**Fundamento:** Artigo 15, do ECA.

**37. (FAUEL – 2019)** Preencha as lacunas conforme descrito no art. 141 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), em seu capítulo I, título VI: “É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à \_\_\_\_\_, ao \_\_\_\_\_ e ao \_\_\_\_\_”.

- a) *À Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.*
- b) À Saúde Plena, ao Alimento Adequado e ao Esporte Gratuito.
- c) À Defensoria Pública, ao Ministério do Trabalho e ao Poder Legislativo.
- d) À Escola Pública, ao Conselho Tutelar e ao Poder Executivo.

**Fundamento:** Artigo 141, do ECA.



**38. (FAUEL – 2019)** Sobre o conselho tutelar, segundo o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), em seu art. 131 podemos afirmar:

- a) É um órgão instável e privado.
- b) Jurisdicional.
- c) *Tem 1 (um) conselho tutelar (como órgão integrante da administração pública local) em cada município e região administrativa do Distrito Federal.*
- d) É composto por 10 membros, escolhidos por concurso público, para mandato de 08 (oito) anos.

**Fundamento:** Artigo 132, do ECA.

**39. (IDIB – 2020)** Assinale a única alternativa que indica uma medida que **não** pode ser aplicada ao adolescente que praticou ato infracional.

- a) obrigação de reparar o dano
- b) liberdade assistida
- c) *colocação em família substituta*
- d) internação em estabelecimento educacional

**Fundamento:** Artigo 112, do ECA.

**40. (TJSC – 2010)** Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, para alguém poder adotar deve ser:

- a) Pelo menos 18 (dezoito) anos mais velho que o adotado.
- b) *Pelo menos 16 (dezesseis) anos mais velho que o adotado.*
- c) Pelo menos 21 (vinte e um) anos mais velho que o adotado.
- d) Pelo menos 12 (doze) anos mais velho que o adotado.
- e) Pelo menos 25 (vinte e cinco) anos mais velho que o adotado.

**Fundamento:** Artigo 42, parágrafo 3º, do ECA.

**41. (TJSC – 2010) NÃO** se inclui entre as medidas aplicáveis às entidades de atendimento governamentais que descumprirem as obrigações preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) *Cassação de registro*
- b) Advertência
- c) Afastamento provisório de seus dirigentes
- d) Fechamento de unidade
- e) Interdição de programa

**Fundamento:** Artigo 42, parágrafo 3º, do ECA.

**42. (TJSC – 2010)** De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, podem adotar:

- a) *Somente os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.*
- b) Somente os maiores de 18 (dezoito) anos que sejam casados ou mantenham relação de convivência estável.
- c) Somente os maiores de 21 (vinte e um) anos, independentemente do estado civil.
- d) Somente os maiores de 21 (vinte e um) anos que sejam casados ou mantenham relação de convivência estável.
- e) Somente as pessoas maiores de 25 (vinte e cinco) anos que sejam casados ou mantenham relação de convivência estável.

**Fundamento:** Artigo 42, do ECA.

**43. (TJSC – 2010)** A quem devem ser comunicados os casos de suspeita de maus tratos contra criança:

- a) Ao Patronato
- b) Às Casas da Cidadania
- c) Ao Conselho da Comunidade
- d) Ao *Conselho Tutelar*
- e) Às Casas do Albergado

**Fundamento:** Artigo 13, do ECA.

**44. (TJSC – 2010)** Assinale a alternativa que contém o instituto que obriga à prestação de assistência material e educacional à criança e ao adolescente, inclusive conferindo ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros e aos pais:

a) Tutela

b) Curatela

c) Internação

d) *Guarda*

e) Interdição

**Fundamento:** Artigo 33, do ECA.

**45. (FUNDATEC – 2017)** Para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se criança a pessoa até \_\_\_\_\_ anos incompletos e adolescente aquela entre \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ anos de idade.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- a) seis – seis – dezesseis
- b) seis – seis – dezoito
- c) oito – oito – dezoito
- d) *doze – doze – dezoito*
- e) quatorze – quatorze – dezoito

**Fundamento:** Artigo 2º, do ECA.



**46. (ADVISE – 2019)** A inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais, consiste no direito a(o):

- a) Vida
- b) *Respeito*
- c) Liberdade
- d) Dignidade
- e) Saúde

**Fundamento:** Artigo 17, do ECA.

**47. (GUALIMP – 2019)** O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) estabelece que verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas, EXCETO:

- a) *Multa*
- b) Liberdade Assistida
- c) Obrigação de reparar o dano
- d) Internação em estabelecimento educacional

Fundamento: Artigo 112, do ECA.

**48. (VUNESP – 2020)** A legislação de proteção à criança e ao adolescente tem a preocupação de definir e caracterizar todos os agentes que possam proteger a criança e o adolescente em seus direitos. Assim, caracteriza a família como sendo “aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade”. Trata-se, nesse caso, da família:

- a) Natural
- b) Tutelar
- c) Adotiva
- d) Substituta
- e) *Extensa*

Fundamento: Artigo 25, parágrafo único, do ECA.

**49. (VUNESP – 2013)** A medida socioeducativa que se afigura como a mais adequada para fins de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, denomina-se:

- a) Semiliberdade
- b) *Liberdade assistida*
- c) Advertência
- d) Internação
- e) Prestação de serviços a comunidade

Fundamento: Artigo 118, do ECA.

**50. (DPE/MG – 2009)** À data do pedido de adoção, em não estando sob a guarda ou tutela dos adotantes, o adotando deverá contar com idade de no máximo:

- a) 21 anos
- b) 18 anos*
- c) 16 anos
- d) 14 anos
- e) 12 anos

**Fundamento:** Artigo 40, do ECA.

**Siga o CPC nas Redes Sociais:**

